



Atraso no cronograma
Circulação das novas notas de R\$ 10 e R\$ 20 ficou para 2012
Pág.B4

Mercado imobiliário
Crédito continuará farto, mas preços seguirão elevados
Pág. B8

Situação delicada
Christine Lagarde, do FMI, alerta para os perigos da economia global, incluindo o Brasil
Pág.B11

Economia & NEGÓCIOS

estadão.com.br



AKINTUNDE AKINLEYE/REUTERS-2012/2011

Governo adia para 2012 quase R\$ 50 bi de investimentos em infraestrutura

Causas dos adiamentos de obras que deveriam começar este ano vão das falhas de projetos à falta de interesse do setor privado

Eduardo Rodrigues
Karla Mendes / BRASÍLIA

Inoperância, falha em projetos, contenção de gastos, falta de atratividade ao setor privado. Independente do argumento, o fato é que o governo jogou para 2012 quase R\$ 50 bilhões em investimentos que deveriam começar a deslanchar este ano. A implantação do trem-bala, orçado em R\$ 33 bilhões, é um exemplo.

O adiamento de projetos, porém, é generalizado entre as mais diversas áreas de infraestrutura, a exemplo dos leilões de aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, a concessão de rodovias, como a BR-101, no Espírito Santo, além de hidrelétricas, como a usina de São Manoel.

Depois de três tentativas frustradas, o governo mudou o modelo do leilão do trem-bala entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Em vez de licitar tudo junto – operador/tecnologia e obras civis –, o processo de concorrência ocorrerá de forma separada e independente.

Quando o projeto foi lançado no governo do ex-presidente Lula, falava-se que a obra estaria pronta para a Copa do Mundo de 2014. Depois, foi postergada para os Jogos Olímpicos de 2016. O cronograma, porém, foi estendido consideravelmente. A previsão é que o edital seja lançado até 10 de março e o leilão ocorra em 10 de setembro. As obras só devem se iniciar em 2014 e ser concluídas em 2019.

O efeito do atraso nos eventos esportivos que ocorrerão no País nos próximos anos é marginal, disse ao **Estado** o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. “O impacto do projeto no evento e do evento no projeto é marginal. Essa é uma obra para o País.”

● Lentidão

PAULO GODOY

PRESIDENTE DA ABDIB

“O fato é que, no Brasil, o processo ainda é muito longo entre a decisão de fazer um investimento e a sua realização.”



PAULO LIEBERT/AE-3/11/2011

Em marcha lenta. Governo Federal vai terminar o ano de 2011 sem conseguir realizar os leilões de aeroportos, como o de Cumbica, em São Paulo

A dificuldade de fazer o leilão no sistema anterior, diz Figueiredo, é que as grandes empreiteiras, em vez de competirem entre si, se juntaram em um único bloco, dificultando a formação de consórcios. “Agora vamos colocá-las para brigar. É melhor tê-las separadas do que juntas.”

Hidrelétricas. Por considerar uma “obra para o futuro”, Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), não vê tantos prejuízos para o País decorrentes do atraso do trem-bala. Ele chama a atenção, porém, para as consequências de postergação de leilões de hidrelétricas.

“O que dá prejuízo para o País é não viabilizar hidrelétricas. Isso nos leva a uma situação preocupante, pois além de não aproveitar potencial hidráulico, que é raro no mundo, tem efeito direto na economia.”

O principal problema no Brasil, na visão de Godoy, é a lacuna entre a decisão de investir e sua realização. “O fato é que no Brasil o processo ainda é muito longo entre a decisão de investimento e sua realização.” Ele defende que o País precisa de “projetos de gaveta” para ter um processo contínuo de investimento.

Bruno Batista, diretor executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), faz duras críticas à gestão de investimentos. “O governo não contrata bem, há muitos problemas nos contratos e o País, às vezes, acaba pagando pelo mesmo serviço.”

O Ministério do Planejamento disse, em nota, que eventuais atrasos são “processos normais na elaboração de novos modelos de concessão”.

Indicador vai medir evolução da infraestrutura no País

Pág. B3

SÓ EM 2012

● Trem Bala (Campinas - São Paulo - Rio de Janeiro)

Valor do investimento:

R\$ 33 bilhões

Motivo do adiamento: o governo mudou o modelo de licitação. Serão feitos processos de concorrência distintos para contratar as obras de infraestrutura e a tecnologia

● Aeroportos (Guarulhos, Brasília, Viracopos)

Valor do investimento:

R\$ 5,5 bilhões

Motivo do adiamento: atraso na licitação

● Usina hidrelétrica de São Manoel (Pará/Mato Grosso)

Valor do investimento:

R\$ 2,24 bilhões

Motivo do adiamento: falta de licenciamento ambiental

em razão de problemas judiciais com povos indígenas

● Usina hidrelétrica de Sinop (Mato Grosso)

Valor do investimento:

R\$ 1,3 bilhão

Motivo do adiamento: falhas no licenciamento ambiental

● Concessão da BR-101 (Espírito Santo)

Valor do investimento:

R\$ 2,14 bilhões

Motivo do adiamento: falhas no edital

● Concessão do segundo porto de Manaus (Amazonas)

Valor do investimento:

R\$ 1,4 bilhão

Motivo do adiamento:

atraso na licitação

● Duplicação da BR-280 (Santa Catarina)

Valor do investimento:

R\$ 885 milhões

Motivo do adiamento: licitação anulada por fraudes

● 11ª rodada de licitação de blocos para exploração do petróleo

Valor do investimento:

R\$ 200 milhões

Motivo do adiamento: atraso na licitação

● Anel Norte da Telebrás

Valor do investimento:

R\$ 61 milhões

Motivo do adiamento:

Indícios de superfaturamento

● **TOTAL:** R\$ 46,7 bilhões.

Decisão de projetos polêmicos fica no papel

♦ Royalties do pré-sal, concessões do setor elétrico e novo código de mineração continuam sem definição do governo

♦ Não foram só grandes investimentos em infraestrutura que passaram ao largo de 2011. Decisões importantes também não saíram do papel, e o setor de energia é campeão nessas indefinições. Um bom exemplo são os royalties do pré-sal. Apesar de todo o embate travado entre Estados produtores e não produtores, tendo como pano de fundo o debate no Congresso Nacional, nada foi decidido.

A consequência? A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural

e Biocombustíveis (ANP) está impedida de licitar novas áreas de exploração de petróleo e gás no País que contemple áreas da camada pré-sal.

O veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao sistema de rateio aprovado pelo Congresso em 2010 levou junto a alíquota que será cobrada a título de royalties. Assim, enquanto não for decidida a nova sistemática de divisão dos recursos e o tamanho da contribuição, nenhuma licitação pode ser feita.

Energia elétrica. As concessões do setor elétrico que vencem a partir de 2015 são outro ponto de interrogação. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, chegou a anunciar em 2011 por diversas vezes que a pre-



CLAYTON DE SOUZA/AE-28/6/2007

No fim. Concessão da Usina Jupiá, da Cesp, vence em 2015

sidente Dilma Rousseff tomaria uma decisão “em 30 dias”, o que não ocorreu.

A pasta enviou ao Palácio do Planalto um relatório comparan-

do as duas saídas possíveis para esse imbróglia – renovar os contratos ou fazer novas licitações – apontando muito mais vantagens para a primeira alternativa.

Nos bastidores, é dada como certa a opção pela renovação, mas de forma onerosa.

Isso significa que o governo prorrogará as concessões para as empresas que hoje administram essas usinas, mas sob a condição de pagar menos pela energia gerada, dado que boa parte dos investimentos realizados no passado já foi amortizada. Oficialmente, porém, nada foi anunciado este ano. Nem será. A briga entre defensores e contrários à prorrogação das concessões deve esquentar este ano.

Mineração. O novo código de mineração também patinou. Entre idas e vindas da proposta formulada pelo Ministério de Minas e Energia, a presidente Dilma optou por não tomar uma decisão neste ano por considerar que os conflitos com os interesses das empresas do setor privado ainda não estavam devida-

mente equacionados. O anúncio dessa decisão, porém, vem sendo postergada desde o governo Lula.

Na visão de Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), todas essas indefinições trazem apreensão e insegurança para os investidores. “É preciso ter regulamentação para tudo”, destaca.

O silêncio sobre a decisão que o governo tomará para as concessões do setor elétrico, por exemplo, traria “insegurança jurídica e econômica” para as empresas envolvidas no processo e também para o mercado financeiro.

Por isso, o executivo defende que o governo anuncie uma solução o mais breve possível. “É o que nós defendemos é que a decisão seja universal, ou seja, isonômica para uma concessão que vai vencer em 2015 ou daqui a dez anos.” / **E.R. e K.M.**